UNIÃO
DAS FREGUESIAS
ALDOAR
FOZ DO DOURO
NEVOGILDE

ATA NÚMERO QUATRO

Assembleia de Freguesia da

União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde

No dia vinte e três do mês de abril, do ano de dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, reuniu em Sessão Ordinária no edifício da sede da União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, sito na Rua da Vilarinha, 1090, nesta cidade do Porto, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, com as seguintes presenças: ———

Nome	Cargo
João Tiago Lima da Fonseca	Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia Partido Social Democrata
Maria Vitória Gonçalves Andrade e Silva	Primeira Secretária da Mesa da Assembleia de Freguesia Partido Social Democrata
Luis Filipe Barreira Pimentel	Segundo Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia Partido Social Democrata
João Pedro Martins Silva Simões	Partido Socialista
Francisco Afonso da Rocha Peixoto Leal	Partido Social Democrata
Francisco Luis Linhares Barros Lemos	Iniciativa Liberal
Gonçalo Miguel de Oliveira Pereira	Partido Socialista
Michael Lothar Mendes Seufert	CDS-PP
Afonso Manuel de Albuquerque Nunes Gouveia Durão	CHEGA
Maria do Céu Ferreira Leite	Partido Socialista
Cláudia Isabel Rocha de Sousa Babo	Partido Social Democrata
Maria Teresa Vasconcelos de Morais Sarmento Lopes	Fazer À Porto
Nuno Ricardo Faceira da Costa Machado	Partido Social Democrata
Liliana Morgado	Em substituição da deputada Natacha Micaela Guedes Teixeira Partido Social Democrata

Glória Monteiro	Em substituição do deputado Rui Manuel de Matos de Noronha e Ozório Partido Socialista
Maria João Schuller de Almeida	Iniciativa Liberal
Sofia Isabel Ferreira da Cruz e Sampaio de Freitas	CHEGA
João Alexandre Morais e Castro Ribeiro dos Santos	Partido Socialista
Nuno Alexandre Guedes de Freitas Rodrigues	Partido Social Democrata

Verificadas as condições de quórum para a Assembleia poder validamente reunir e deliberar, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, dando as boas-vindas a todos os presentes e procedeu à chamada dos senhores deputados. ———————————————————————————————

O Senhor Presidente da Assembleia informou ainda os presentes de que a sessão poderia ser objeto de captação de imagem e som, no âmbito da atividade institucional da União das Freguesias, para efeitos de transparência, divulgação pública e registo das atividades autárquicas. ———————————————

Mais esclareceu que o tratamento dos dados pessoais decorrente dessa captação é efetuado ao abrigo do disposto no artigo 6.º, n.º 1, alínea e), do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), conjugado com o artigo 7.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ———————————————————

Informou ainda que os participantes que não pretendam ser objeto de captação de imagem ou som deverão comunicar essa intenção aos serviços competentes antes do início da sessão. ———————————

Relativamente às intervenções do público, foi igualmente esclarecido que os participantes que não desejem ser captados poderão solicitar que as respetivas declarações sejam lidas por terceiro, designadamente pelo Presidente da Assembleia, ou optar por se posicionar fora do enquadramento de imagem, de modo a evitar a sua identificação. ———————————————————————————

Após o esclarecimento, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, passou a ler a convocatória da reunião e apresentou respetiva Ordem de Trabalhos: ———————————————————————————

Período Antes da Ordem do Dia

- Tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 34.º do regimento da Assembleia de Freguesia. ———

Período da Ordem do Dia

1. Apreciação e votação da Ata n.º 2, da sessão Ordinária da AF do dia 17 de dezembro de 2025;

2. Apreciação e votação da Ata n.º 3 da sessão Extraordinária da AF do dia 12 de março de 2026;

3. Apreciação e votação do Relatório Anual de Atividades e Documentos de prestação de contas do ano de 2025;

4. Apreciação do Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação referente a 2025;

5. Apreciação do Relatório de avaliação do cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição relativo a 2025;

6. Apreciação e votação da Proposta de retificação do Quadro de Pessoal da União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro;

7. Apreciação e votação do Regulamento de Atribuição do "Cheque Veterinário";

8. Apreciação da Informação escrita da Sr.ª Presidente da União das Freguesias, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ———

Entrou-se no Período Antes da Ordem do Dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 34.º do Regimento da Assembleia de Freguesia. Não se encontrando público presente, passou-se de imediato às intervenções dos grupos políticos. ———

A Mesa informou ter recebido duas moções, uma apresentada pelo **Movimento Fazer à Porto** e outra pelo **Partido Socialista**, tendo sido submetida à apreciação da Assembleia a admissão da moção do Movimento Fazer à Porto, intitulada *"Programa de Comunicação e Cultura em Favor da Valorização Comunitária"*, para discussão e votação. ———

A admissão da moção do **Movimento Fazer À Porto** intitulada *"Programa de Comunicação e Cultura em Favor da Valorização Comunitária"*, foi aprovada por unanimidade. ———————————

De seguida, foi posta a votação a admissão da moção apresentada pelo **Partido Socialista:** Voto de Saudação *"Pelos 52 anos da revolução de 25 de abril de 1974"*. Admissão aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente da Mesa de Assembleia passou então, de seguida, a palavra à deputada **Teresa Sarmento** (FA) a fim de proceder à apresentação da moção intitulada *"Programa de Comunicação e Cultura em Favor da Valorização Comunitária"*. ———————————

A deputada Teresa Sarmento, do Movimento Fazer à Porto, apresentou a moção, referindo que a mesma decorre da posição anteriormente assumida aquando da discussão do orçamento, onde manifestou a necessidade de uma estratégia mais estruturada para a área da cultura. ———————————

Defendeu o reforço da comunicação de proximidade através da valorização cultural do território, destacando a importância de promover iniciativas que incentivem a participação dos cidadãos, reforcem o sentimento de pertença e contribuam para a coesão social. Referiu, a título de exemplo, projetos de valorização da memória local, parcerias com instituições académicas e científicas, a dinamização de espaços públicos e o acompanhamento mais próximo de projetos de investimento em curso. ———————

Concluiu salientando que a cultura deve ser entendida como um instrumento de envolvimento comunitário e de valorização do território, defendendo que os investimentos previstos sejam enquadrados por uma estratégia que promova a participação dos cidadãos e o fortalecimento da identidade local. ———————

Terminada a apresentação da deputada, o Presidente da Mesa da Assembleia, abriu inscrições para intervenções dos deputados presentes e passou a palavra à deputada **Cláudia Babo (PSD).** ———————

Cláudia Babo (PSD), em resposta à moção apresentada pelo **Movimento Fazer à Porto**, refere que grande parte das medidas propostas já se encontra a ser desenvolvida pelo Executivo, através de iniciativas de comunicação, esclarecimento e participação pública, bem como de ações de valorização da identidade, memória e agentes locais. ———————————

Foi ainda salientado que as competências da Assembleia de Freguesia se circunscrevem às funções de apreciação, fiscalização e deliberação legalmente previstas, não lhe cabendo orientar diretamente a ação executiva nem a gestão operacional das iniciativas, competências que pertencem ao Executivo. ———————

Concluiu que, embora os objetivos da moção sejam considerados relevantes, os mesmos já se encontram, em larga medida, integrados na atuação do Executivo, devendo ser respeitada a distinção de

competências entre os órgãos da União das Freguesias, em benefício do seu regular funcionamento e da prossecução dos interesses da comunidade. ———————————————————

O Presidente da Mesa da Assembleia cedeu de novo a palavra aos deputados presentes, não tendo havido intenções do uso da palavra, passou de imediato à votação da moção intitulada *"Programa de Comunicação e Cultura em Favor da Valorização Comunitária"* apresentada pela bancada do Movimento Fazer à Porto. ———————————————————

A deputada **Teresa Sarmento** pede ao Presidente da Mesa excecionalmente a palavra antes de procederem à votação, e o Presidente refere que por ainda haver disponibilidade e tempo, permite a intervenção. ———————————————————

Em declaração complementar, a deputada **Teresa Sarmento** esclareceu que a iniciativa apresentada não pretendia reproduzir trabalho já desenvolvido pelo Executivo, que reconheceu e valorizou, mas antes sugerir uma evolução para uma abordagem mais integrada, utilizando a cultura como instrumento de ligação entre a comunidade, o território e os processos em curso. ———————————————

Acrescentou ainda que a intenção subjacente ao documento era a de apresentar um conjunto de propostas concretas de atuação, referindo que a sua natureza seria mais próxima de uma proposta do que de uma moção, conforme entendimento posteriormente partilhado em sede da Assembleia. ———

Terminada a intervenção extraordinária da deputada, o Presidente da Mesa de Assembleia passou então à votação da moção intitulada *"Programa de Comunicação e Cultura em Favor da Valorização Comunitária"* apresentada pela bancada do **Movimento Fazer à Porto.** ———————————————

A moção foi **rejeitada** com: ———————————————————

- 11 votos contra: 8 do PSD, 2 da Iniciativa Liberal e 1 do CDS-PP; ———————————
- 6 votos a favor: 5 do PS e 1 do FA; ———————————————————
- 2 abstenções do partido Chega. ———————————————————

O Presidente da Mesa da Assembleia passou de seguida à apresentação da moção apresentada pelo PS - Voto de Saudação *"Pelos 52 anos da revolução de 25 de abril de 1974*, apresentada pela Deputada Maria do Céu Leite. ———————————————————

A Deputada Maria do Céu Leite, do Partido Socialista, apresentou assim um voto de saudação assinalando os 52 anos da Revolução de 25 de Abril de 1974. Na sua intervenção, destacou a importância histórica da Revolução na conquista da liberdade, da democracia e dos direitos fundamentais dos cidadãos, bem

como os progressos alcançados em áreas como a educação, a saúde, a participação cívica e o desenvolvimento social. ———————————————————————————————

Sublinhou ainda a necessidade de preservar e fortalecer os valores democráticos perante os desafios contemporâneos, reafirmando a importância da liberdade, da igualdade, da justiça social e da participação democrática. ———————————————————————————————

O voto de saudação propõe que a Assembleia homenageie todos os que lutaram pela liberdade e pela democracia em Portugal, reafirme o compromisso com os valores de abril, destaque o papel do poder local democrático na sua concretização junto das populações e promova iniciativas evocativas do 25 de Abril, contribuindo para a preservação da memória coletiva. ———————————————————————————————

Terminada a apresentação, o Presidente da Mesa da Assembleia agradece e abre a inscrições para intervenções dos deputados e cede a palavra à deputada **Cláudia Babo** (PSD). ———————————————————————————————

A deputada **Cláudia Babo** sugeriu à bancada do Partido Socialista que procedesse à retirada do quarto ponto da proposta, por se entender que as iniciativas evocativas do 25 de Abril já são promovidas por diversas entidades, designadamente pela Câmara Municipal do Porto, no âmbito de um programa mais amplo. Foi referido que a manutenção daquele ponto poderia implicar uma vinculação desnecessária do Executivo a iniciativas que já se encontram asseguradas por outras entidades. ———————————————————————————————

Após a sugestão apresentada relativamente à retirada do quarto ponto do voto de saudação, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à deputada **Maria do Céu Leite** (PS), para se pronunciar sobre a proposta. A deputada informou que a bancada do Partido Socialista aceitava a retirada do referido ponto, passando o voto de saudação a ser apreciado sem a inclusão da disposição relativa à promoção e apoio de iniciativas evocativas do 25 de Abril. ———————————————————————————————

O Presidente da Mesa da Assembleia esclareceu que o voto de saudação em discussão passaria a ser apreciado sem o quarto ponto inicialmente proposto, relativo à promoção e apoio de iniciativas evocativas do 25 de Abril envolvendo a comunidade e contribuindo para a preservação da memória coletiva, em virtude da sua retirada pela bancada proponente. ———————————————————————————————

Não havendo interesse do uso da palavra por parte das bancadas, procedeu-se de imediato à votação da moção apresentada pelo PS: Voto de Saudação *"Pelos 52 anos da revolução de 25 de abril de 1974.*

A moção foi **aprovada** com: ———————————————————————————————

- 0 votos contra; ———————————————————————————————

- 8 votos a favor: IL (2), CDS-PP (1), PS (5). ———————————————————
- 11 abstenções: PSD (8), CH (2), FA (1). ———————————————————

Concluído o Período Antes da Ordem do Dia, o Presidente da Mesa da Assembleia deu início ao Período da Ordem do Dia, apelando à colaboração dos Senhores Deputados e do Executivo no sentido de procurarem a maior concisão possível nas respetivas intervenções. ———————————————————

De seguida, foi apresentado o primeiro ponto da Ordem do Dia - **Apreciação e votação da Ata n.º 2, da sessão Ordinária da AF do dia 17 de dezembro de 2025.** ———————————————————

O Senhor Presidente informou que a ata não seria lida, por ter sido distribuída atempadamente a todos os membros da Assembleia, abrindo o período de intervenções para eventuais observações ou pedidos de esclarecimento. Não se registando inscrições para uso da palavra, deu-se por encerrada a discussão do ponto, tendo passado para a votação da mesma. Antes da votação, o Senhor Presidente da Assembleia recordou o procedimento habitualmente adotado, segundo o qual os membros que não tenham estado presentes na sessão a que a ata respeita, deverão abster-se na respetiva votação, por não poderem confirmar a veracidade do seu conteúdo. ———————————————————

Submetida a Ata n.º 2 à votação, a mesma foi **aprovada** por maioria: ———————————————————

- 16 votos a favor: 6 (PSD), 2 (IL), 4 (PS), 1 (CDS-PP), 2 (CH), 1 (FA); ———————————————————
- Votos contra: zero; ———————————————————
- 3 abstenções: 2 (PSD), 1 (PS) ———————————————————

Passou-se então para segundo ponto da Ordem do Dia - **Apreciação e votação da Ata n.º 3 da sessão Extraordinária da AF do dia 12 de março de 2026.** ———————————————————

De seguida, foi apreciada a Ata n.º 3, relativa à sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia realizada em 12 de março de 2026. Não se registando pedidos de intervenção por parte dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente submeteu a ata à votação. ———————————————————

Realizada a votação, a Ata n.º 3 foi aprovada por maioria: ———————————————————

- 16 votos a favor: 6 (PSD), 2 (IL), 4 (PS), 1 (CDS-PP), 2 (CH), 1 (FA); ———————————————————
- Votos contra: zero; ———————————————————

- 3 abstenções: 2 (PSD), 1 (PS) ———————————————————————————————

Entrou-se na apreciação do terceiro ponto da Ordem do Dia - **Apreciação e votação do Relatório Anual de Atividades e Documentos de prestação de contas do ano de 2025** ———————————————

O Presidente da Assembleia informou que, atendendo à natureza e extensão do ponto em apreciação, ficavam desde logo abertas as inscrições para uso da palavra por parte dos Senhores Deputados. De seguida, concedeu a palavra à Senhora Presidente da União das Freguesias, **Cláudia Bravo**, para apresentação do relatório e dos documentos em apreciação. ———————————————————

A Presidente da União das Freguesias, Cláudia Bravo, apresentou o Relatório Anual de Atividades e os Documentos de Prestação de Contas relativos ao exercício de 2025, bem como a primeira alteração modificativa ao Orçamento de 2026. ———————————————————————————————

Na sua intervenção, destacou que 2025 foi um ano marcado pela transição de mandato autárquico, mas também pela continuidade da atividade da União das Freguesias, assegurando a manutenção dos serviços essenciais e a resposta às necessidades da população. Referiu o funcionamento regular dos polos administrativos e dos diversos serviços de proximidade, bem como a intensa atividade desenvolvida na área da contratação pública, com destaque para projetos como a reabilitação dos polidesportivos, a concessão do Teatro da Vilarinha e a preparação do projeto do Mercado da Foz. ———————————

No plano financeiro, salientou a existência de uma gestão equilibrada e prudente, evidenciada por um saldo de gerência positivo, que permitiu a integração de verbas transitadas na primeira alteração modificativa ao orçamento, reforçando projetos e dotações para o ano em curso. ———————————

Destacou ainda o trabalho desenvolvido nas áreas da ação social, educação, empregabilidade, envelhecimento ativo, cultura, associativismo, desporto, ambiente e espaço público, referindo diversos programas e iniciativas de apoio à comunidade. Salientou igualmente a valorização do património cultural local, nomeadamente através da candidatura do Cortejo de Trajes de Papel de São Bartolomeu ao Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial. ———————————————————————

Concluiu referindo que o relatório apresentado reflete o trabalho desenvolvido ao longo de 2025, assente na continuidade da ação da União das Freguesias, na responsabilidade financeira e na concretização de projetos estruturantes para o território. ———————————————————————————————

Concluída a apresentação do Relatório Anual de Atividades e dos Documentos de Prestação de Contas relativos a 2025, o Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção da Presidente da União das

Freguesias e abriu o período de debate, convidando os Senhores Deputados a intervir sobre o ponto em apreciação. ———————————————————————————————

Inscreveu-se para usar da palavra o Deputado **Francisco Peixoto Leal (PSD),** a quem foi concedida a palavra. ———————————————————————————————

No uso da palavra, o deputado Francisco Peixoto Leal (PSD), considerou que os documentos em apreciação constituem um importante exercício de transparência e prestação de contas à população.

Destacou que, apesar de 2025 ter sido um ano marcado pela transição entre executivos, a União das Freguesias assegurou a continuidade dos serviços essenciais e manteve uma elevada atividade nas áreas administrativa, social, cultural e comunitária. Salientou igualmente o trabalho desenvolvido em áreas como a cultura, o associativismo e a dinâmica comunitária, considerando que estas contribuem para a identidade e coesão do território. ———————————————————————————————

Relativamente à execução financeira, referiu que o saldo de gerência apurado evidencia uma gestão equilibrada e prudente, proporcionando estabilidade e condições para a concretização das políticas e projetos definidos pelo atual Executivo. ———————————————————————————————

Concluiu manifestando o seu entendimento de que a alteração orçamental apresentada reforça áreas consideradas prioritárias, designadamente a ação social, educação, cultura, desporto, património, cemitérios e projetos estruturantes, traduzindo opções alinhadas com as necessidades da população e do território. ———————————————————————————————

Terminada a intervenção, o Presidente da Mesa da Assembleia cedeu a palavra ao deputado **Francisco Lemos (IL).** ———————————————————————————————

No uso da palavra, o deputado Francisco Lemos manifestou uma apreciação positiva dos documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2025, destacando o rigor e a responsabilidade evidenciados na gestão financeira da União das Freguesias. ———————————————————————————————

Referiu que o saldo de gerência apurado no final do exercício demonstra uma gestão prudente e sustentável, salientando ainda que uma parte significativa da despesa realizada esteve associada a investimentos de reabilitação dos polidesportivos da Fonte da Moura e da Pasteleira, considerados importantes para a promoção do desporto e do bem-estar da população. ———————————————————————————————

Destacou igualmente o programa "Trajetórias", considerando-o um exemplo relevante de promoção do envelhecimento ativo e de combate ao isolamento social da população sénior, assinalando o crescente número de participantes e o impacto positivo da iniciativa. ———————————————

Concluiu anunciando o voto favorável da Iniciativa Liberal aos documentos em apreciação.

Terminada a intervenção, o Presidente da Mesa da Assembleia cedeu a palavra ao deputado **João Pedro Simões (PS).** ———————————————

No uso da palavra, o **Deputado João Simões (PS)** reconheceu a capacidade de funcionamento demonstrada pelo Executivo ao longo de 2025, bem como a execução das atividades e serviços correntes da União das Freguesias. ———————————————

Contudo, considerou existir uma diferença significativa entre os objetivos definidos nas Grandes Opções do Plano e a concretização efetiva de alguns projetos considerados estruturantes, referindo, entre outros, o Mercado da Foz, o Teatro da Vilarinha e o Lavadouro da Ervilha. Entendeu que, apesar do compromisso político assumido, a execução material desses projetos ficou aquém do esperado.

O Deputado assinalou ainda o elevado peso das despesas de funcionamento na estrutura da despesa e considerou que o aumento da despesa global face ao exercício anterior não se traduziu de forma suficientemente evidente em investimento estruturante ou em melhorias concretas para a população. Destacou igualmente as limitações verificadas no funcionamento do Gabinete de Inserção Profissional durante parte do ano, considerando tratar-se de uma resposta social relevante para a comunidade.

Por fim, defendeu uma maior orientação da informação de gestão para a avaliação de resultados e do grau de concretização dos objetivos definidos, concluindo que, embora o relatório evidencie uma Junta de Freguesia funcional, subsistem diferenças entre os objetivos anunciados e a sua concretização. Nesse sentido, anunciou a abstenção do Partido Socialista na votação dos documentos em apreciação.

Não se registando novas intervenções por parte dos Senhores Deputados, o Presidente da Mesa da Assembleia questionou o Executivo sobre a intenção de usar da palavra para responder às questões suscitadas durante o debate, tendo a Presidente da União das Freguesias, **Cláudia Bravo**, manifestado essa intenção, foi-lhe concedida a palavra. ———————————————

No uso da palavra, a Presidente da União das Freguesias, **Cláudia Bravo**, respondeu às questões suscitadas durante o debate, esclarecendo que as limitações verificadas no funcionamento do Gabinete

de Inserção Profissional resultaram da ausência prolongada da técnica responsável e dos constrangimentos existentes à sua substituição, decorrentes das regras aplicáveis ao funcionamento daquele serviço. Referiu ainda que a estrutura da União das Freguesias não dispunha de recursos humanos com perfil adequado para assegurar internamente essas funções sem comprometer outros serviços. ———————————————————————————————————————

Relativamente à execução financeira, defendeu que a gestão da União das Freguesias deve assentar em critérios de sustentabilidade e prudência, salientando que a manutenção do investimento, dos serviços prestados à população e da capacidade financeira para prosseguir projetos em 2026 constitui um indicador de boa gestão. ———————————————————————————————————————

Por fim, recordou que o atual Executivo tomou posse no final de outubro de 2025, sublinhando o esforço desenvolvido na elaboração dos documentos apresentados, apesar das dificuldades encontradas na recolha de informação relativa ao período anterior. Agradeceu igualmente o empenho dos membros do Executivo e dos funcionários da União das Freguesias na preparação do relatório e no funcionamento dos serviços. ———————————————————————————————————————

Não se registando mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu à votação o ponto 3 da Ordem do Dia: **Apreciação e votação do Relatório Anual de Atividades e Documentos de prestação de contas do ano de 2025.** ———————————————————————————————————————

Efetuada a votação, os documentos **foram aprovados** com os seguintes resultados:

- 14 votos a favor: 8 (PSD), 2 (IL), 1 (CDS-PP), 2 (CH), 1 (FA); ———————————————————
- Votos contra: zero; ———————————————————————————————————————
- 5 abstenções: 5 (PS) ———————————————————————————————————————

De seguida, deu-se início à apreciação do quarto ponto da Ordem do Dia: **Apreciação do Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação referente a 2025.** ———————————

O Presidente da Mesa da Assembleia questionou aos presentes se tinham intenção de usar da palavra, tendo manifestado essa vontade a Presidente da União das Freguesias**, Cláudia Bravo.** ———————————

No âmbito da apreciação do ponto 4 da Ordem do Dia, a Senhora Presidente da União das Freguesias apresentou o Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais referente ao exercício de 2025.

Na sua intervenção, referiu que o documento constitui um instrumento fundamental de gestão patrimonial, permitindo o conhecimento, controlo e valorização do património sob responsabilidade da

União das Freguesias. Explicou que o inventário contempla o levantamento e atualização dos bens patrimoniais, incluindo bens móveis, equipamentos, direitos patrimoniais e os respetivos ajustamentos contabilísticos legalmente aplicáveis. ———————————————————————————————

Sublinhou que este instrumento assegura princípios de rigor, transparência e responsabilidade na gestão pública, permitindo uma adequada identificação dos ativos, o seu escrutínio e o apoio à tomada de decisões relativas à manutenção, investimento e renovação do património. ———————————

Destacou ainda a articulação do inventário com os documentos de prestação de contas, evidenciando a coerência entre a gestão financeira e patrimonial da autarquia, concluindo que uma gestão eficiente do património constitui um fator essencial para a melhoria dos serviços prestados à população. ————

De seguida, usou da palavra o deputado **Francisco Leal (PSD):** ———————————————————

O deputado refere que o Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais constitui um instrumento fundamental para assegurar a transparência, o rigor e a responsabilidade na gestão do património público da União das Freguesias. ———————————————————————————————

Foi salientado que o documento reflete, em grande medida, a situação patrimonial resultante da atividade do executivo anterior, mas também a responsabilidade do atual Executivo em conhecer, gerir e valorizar esse património. Destacou-se que o património da União das Freguesias apresenta uma situação globalmente sólida, integrando bens imóveis, equipamentos, património cultural, sistemas informáticos e outros ativos essenciais ao funcionamento da autarquia. ———————————————————

Foi igualmente sublinhada a importância do inventário enquanto ferramenta de gestão, permitindo apoiar decisões de investimento, manutenção e conservação dos bens públicos, bem como assegurar uma leitura rigorosa e atualizada da realidade patrimonial da União das Freguesias. ———————————

Concluiu-se que o documento contribui para a credibilidade da gestão autárquica e para o reforço da transparência na administração dos recursos patrimoniais colocados ao serviço da população.

O Presidente cedeu da palavra aos presentes, porém, não havendo intenções por parte dos mesmos nem sendo este um ponto colocado à votação, passou-se de seguida para o quinto ponto da Ordem do Dia: **Apreciação do Relatório de avaliação do cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição relativo a 2025.**

Não se registando pedidos de intervenção por parte dos membros do Executivo nem dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu por concluída a apreciação do ponto 4 da

Ordem do Dia, relativo ao Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação referente ao exercício de 2025. ———————————————————————————————

Foi ainda esclarecido que o referido ponto se destinava apenas a apreciação, não havendo lugar a votação. ———————————————————————————————

Passou-se então para o sexto ponto da Ordem do Dia: **Apreciação e votação da Proposta de retificação do Quadro de Pessoal da União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde.** ———————————

O Presidente da Mesa da Assembleia cedeu da palavra aos presentes, Não se registando intervenções por parte do Executivo nem dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu à votação o ponto 6 da Ordem do Dia, relativo à proposta de retificação do Quadro de Pessoal da União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde. ———————————————————

Efetuada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade, com dezanove votos a favor, não se registando votos contra nem abstenções. ———————————————————————————

De seguida, entrou-se na apreciação do sétimo ponto da Ordem do Dia: **Apreciação e votação do Regulamento de Atribuição do "Cheque Veterinário";** ———————————————————————

O Presidente da Mesa da Assembleia questionou se algum membro do Executivo pretendia apresentar o ponto, tendo concedido a palavra ao Membro do Executivo, **Marta Pinheiro**, para proceder à respetiva apresentação. ———————————————————————————————

O Membro do Executivo, Marta Pinheiro, apresentou a proposta de Regulamento de Atribuição do Cheque Veterinário, referindo que a mesma concretiza uma medida prevista nas Grandes Opções do Plano para 2026. ———————————————————————————————

Na sua intervenção, destacou que o regulamento visa promover a coesão social, a saúde pública e o bem-estar animal, reconhecendo a importância dos animais de companhia, particularmente junto de famílias em situação de maior vulnerabilidade económica. ———————————————————————

Referiu que a proposta resultou da análise de diferentes contributos e soluções, tendo sido adotado um modelo assente em critérios objetivos, transparentes e juridicamente sustentados. Salientou que o regulamento define regras claras de acesso ao apoio, critérios de prioridade, mecanismos de controlo e articulação com os programas e entidades competentes na área da saúde veterinária. ———————————

Sublinhou ainda que a medida pretende contribuir para a prevenção do abandono animal, para a promoção da saúde pública e para a adoção de práticas de detenção responsável de animais, assegurando simultaneamente uma gestão responsável dos recursos públicos disponíveis. ———

Concluiu considerando que o regulamento responde a uma necessidade identificada na comunidade e constitui uma medida socialmente relevante, razão pela qual foi submetido à apreciação e votação da Assembleia. ———

Concluída a apresentação do ponto, o Presidente da Mesa da Assembleia cedeu da palavra ao deputado **Nuno Faceira (PSD).** ———

O deputado manifestou o apoio à proposta de Regulamento de Atribuição do Cheque Veterinário, considerando tratar-se de uma medida socialmente relevante e tecnicamente bem estruturada.

Referiu que a iniciativa se enquadra no Programa Nacional de Apoio à Saúde Veterinária para Animais de Companhia em Risco, permitindo apoiar famílias em situação de vulnerabilidade económica através do acesso a cuidados veterinários essenciais, designadamente consultas, vacinação, identificação eletrónica, tratamentos e cirurgias. ———

Destacou que o regulamento estabelece critérios claros de elegibilidade, mecanismos de avaliação e regras de controlo que asseguram uma aplicação transparente e responsável dos recursos públicos, promovendo simultaneamente a detenção responsável de animais de companhia. ———

Concluiu considerando que a medida constitui um exemplo de política pública local orientada para o bem-estar animal, a saúde pública e o apoio social às famílias, respondendo a necessidades concretas da comunidade. ———

Terminada a intervenção, usou da palavra **Teresa Sarmento (FA).** ———

No uso da palavra, a deputada, manifestou o seu apoio à proposta de Regulamento de Atribuição do Cheque Veterinário. ———

Considerou tratar-se de uma medida relevante, salientando que o apoio aos cuidados veterinários não se limita ao bem-estar animal, assumindo igualmente importância ao nível da saúde pública e do apoio às famílias. Referiu ainda que a iniciativa contribui para a prevenção do abandono animal e para o reforço de uma comunidade mais responsável e solidária. ———

Concluiu classificando a medida como um exemplo de política de proximidade e anunciou o voto favorável do Movimento Independente Fazer à Porto. ———

Terminadas as intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia prosseguiu com a votação do ponto 7: **Apreciação e votação do Regulamento de Atribuição do "Cheque Veterinário".** ———

Aprovado por unanimidade. ———

Deu-se entrada no 8º e último ponto da Ordem do Dia: **Apreciação da Informação escrita da Sr.ª Presidente da União das Freguesias, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** ———

Usou da palavra a Presidente da União de Freguesias, Cláudia Bravo, tendo efetuado um balanço da atividade desenvolvida no período em análise, destacando-se diversas intervenções e medidas consideradas relevantes para o território. ———

Foram referidas as alterações de circulação implementadas na Rua Martim Moniz, com a introdução de sentido único, visando melhorar a segurança rodoviária e a fluidez do trânsito, bem como a realização de sessões públicas de apresentação e esclarecimento sobre projetos estruturantes para a freguesia, designadamente a Operação de Reabilitação Urbana da Foz Velha e a Operação Integrada de Gestão da Paisagem de Aldoar, promovidas com o objetivo de reforçar a informação, a transparência e a participação dos cidadãos. ———

Foi ainda assinalado o desenvolvimento de projetos de qualificação do espaço público, nomeadamente a preparação de um novo parque infantil na Rua Jornal de Notícias, bem como a intervenção realizada no Cemitério de Aldoar para reparação dos danos provocados pelo temporal de setembro de 2024. Destacou-se igualmente a concessão da loja comercial existente naquele cemitério, espaço que se encontrava encerrado há vários anos. ———

No plano da organização interna, foi referida a implementação de fardamento para os trabalhadores dos serviços de atendimento, com o objetivo de reforçar a imagem institucional e a qualidade do serviço prestado. Foi também salientado o trabalho desenvolvido na revisão de contratos e procedimentos de contratação pública, procurando assegurar melhores condições técnicas e financeiras para a União das Freguesias. ———

A Senhora Presidente concluiu destacando o empenho do Executivo na resolução de assuntos pendentes, na concretização de projetos estruturantes e na melhoria contínua dos serviços prestados à população.

Terminada a intervenção, o Presidente da Mesa da Assembleia, cedeu a palavra à deputada **Maria do Céu Leite (PS).** ———

A deputada manifestou uma apreciação globalmente positiva do documento apresentado. ———

De seguida, solicitou um esclarecimento relativamente à referência constante do ponto dedicado aos projetos estruturantes, designadamente no que respeita ao projeto do Lavadouro da Ervilha enquadrado no âmbito do GAL Douro Atlântico. Em concreto, questionou o enquadramento das atividades ligadas à pesca previstas para aquele espaço, por não lhe ser claro o contexto em que as mesmas se inserem.

Na sequência do pedido de esclarecimento apresentado, o Senhor Presidente da Assembleia propôs que as questões colocadas pelos Senhores Deputados fossem registadas e respondidas pelo Executivo no final do período de intervenções, de forma conjunta. ———

Não se registando oposição a esta metodologia, prosseguiu-se o debate, tendo sido concedida a palavra ao deputado **João Simões**, do Partido Socialista. ———

No uso da palavra, o deputado, reconheceu o esforço de sistematização e de prestação de informação constante do documento apresentado, salientando a diversidade de iniciativas desenvolvidas em áreas como a ação social, cultura, educação, associativismo e serviços de proximidade. ———

Contudo, considerou que o documento assume um caráter predominantemente descritivo, identificando as atividades realizadas sem permitir uma avaliação suficientemente clara dos resultados alcançados, do respetivo impacto ou da sua evolução face a períodos anteriores. Referiu igualmente que muitas das iniciativas apresentadas correspondem à continuidade de projetos já existentes, questionando o grau de concretização de algumas das prioridades definidas nas Grandes Opções do Plano para 2026. ———

———

O deputado manifestou ainda preocupação relativamente ao funcionamento do Gabinete de Inserção Profissional e à ausência de indicadores que permitam aferir o nível de execução das metas estabelecidas pelo Executivo. ———

Por outro lado, questionou a coerência temporal da informação apresentada, referindo que o documento integra referências a períodos distintos, designadamente no que respeita à atividade desenvolvida e à informação financeira disponibilizada, o que, no seu entender, dificulta uma análise comparativa rigorosa e o exercício de escrutínio por parte da Assembleia. Neste contexto, solicitou esclarecimentos sobre o período efetivo a que respeita a informação apresentada e sobre a correspondência entre os dados descritivos e financeiros constantes do documento. ———

Por fim, solicitou esclarecimentos relativamente à situação jurídica associada à loja comercial do Cemitério de Aldoar, questionando se o processo judicial anteriormente referido em documentos da autarquia se encontra concluído ou se subsiste alguma contingência para a União das Freguesias.

De seguida usou da palavra o membro do executivo, **Germano Castro Pinheiro.** Em resposta ao pedido de esclarecimento relativo ao projeto do Lavadouro da Ervilha no âmbito do GAL Douro Atlântico, foi esclarecido que o espaço se encontra previsto como um equipamento de promoção, divulgação e valorização de atividades ligadas ao mar e à identidade marítima do território. ———————

Foi referido que o projeto contempla uma área expositiva e vários espaços polivalentes destinados à realização de diferentes iniciativas de natureza cultural, educativa e promocional, desenvolvidas em articulação com entidades parceiras associadas à candidatura. Esclareceu-se ainda que o projeto não se limita às atividades da pesca, abrangendo um conjunto mais amplo de atividades relacionadas com o mar e com a valorização dos recursos e tradições marítimas da freguesia. ———————

Foi igualmente salientado que o projeto se encontra ainda numa fase de definição e desenvolvimento, pelo que alguns dos seus conteúdos e utilizações futuras serão concretizados em articulação com os parceiros envolvidos. ———————

Usou da palavra a deputada **Maria do Céu Leite (PS)** que, em declaração complementar, referiu que procurou obter informação sobre o enquadramento do GAL Douro Atlântico e da denominada "economia azul", concluindo que as iniciativas previstas se encontram maioritariamente associadas ao setor do mar e das pescas. ———————

Sem colocar em causa a relevância dessas áreas de intervenção, manifestou dúvidas quanto à adequação da sua integração no projeto do Lavadouro da Ervilha, questionando a opção por aquele espaço para o desenvolvimento das atividades previstas, atendendo à existência de outras zonas da freguesia com uma ligação mais direta à atividade marítima, designadamente a zona da Cantareira. ———————

De seguida, usou da palavra **João Pedro Simões (PS),** que solicitou esclarecimentos adicionais relativamente ao projeto do Lavadouro da Ervilha, questionando as razões que têm motivado o atraso da sua concretização. ———————

Referiu que o projeto já constava das Grandes Opções do Plano do ano anterior, sem que tivesse sido concretizado, pelo que considerou importante esclarecer os fatores que têm condicionado o seu avanço e o calendário previsto para a sua execução. ———————

Pediu para usar da palavra, o membro do executivo **Germano Castro Pinheiro**. Em resposta às questões colocadas sobre o projeto do Lavadouro da Ervilha, foi esclarecido que o mesmo se enquadra nos objetivos do GAL Douro Atlântico, designadamente na valorização da biodiversidade e dos ecossistemas costeiros e marinhos, na promoção da cultura marítima e do património cultural e no reforço da visibilidade do território através das atividades ligadas à economia do mar. ———————————————

Foi referido que o futuro equipamento funcionará como um espaço de promoção, divulgação e acolhimento de iniciativas relacionadas com estas áreas temáticas, desenvolvidas quer pela União das Freguesias, quer em parceria com outras entidades, dispondo igualmente de verbas destinadas à concretização dessas atividades. ———————————————

Relativamente ao atraso na concretização do projeto, foi esclarecido que a União das Freguesias tem cumprido os procedimentos e prazos da sua responsabilidade, encontrando-se atualmente a aguardar a emissão do termo de aceitação por parte das entidades gestoras do programa de financiamento. Foi explicado que, após a fase de esclarecimentos concluída no final de fevereiro, o processo transitou para apreciação pelas entidades competentes, encontrando-se a sua evolução dependente de procedimentos externos à União das Freguesias. ———————————————

De seguida usou da palavra a Presidente do Executivo, **Cláudia Bravo.** ———————————————

Em resposta às questões colocadas pelo Deputado João Simões, a Senhora Presidente da União das Freguesias reiterou que as limitações verificadas no funcionamento do Gabinete de Inserção Profissional resultam da ausência prolongada da técnica responsável, cuja substituição não é permitida pelas regras do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). Informou que têm sido desenvolvidos esforços internos para assegurar o acompanhamento de alguns processos, embora existam limitações de acesso e de competências que condicionam a continuidade do serviço. ———————————————

Relativamente à informação escrita e financeira apresentada, esclareceu que o período abrangido pela informação descritiva se inicia após a última sessão ordinária da Assembleia, realizada em dezembro de 2025, enquanto a informação financeira, por imposição legal e contabilística, tem necessariamente como referência o início do ano civil de 2026. Explicou ainda que os mapas financeiros apresentados se reportam até 20 de março de 2026 devido ao processo de transição para um novo sistema de gestão autárquica, circunstância que condicionou a extração de informação financeira para datas posteriores.

A Senhora Presidente informou igualmente que a União das Freguesias se encontra a implementar uma nova plataforma de gestão autárquica, visando melhorar a eficiência dos serviços e reduzir custos operacionais. ———————————————————————————————————

Quanto ao grau de execução das Grandes Opções do Plano, referiu que o atual Executivo tomou posse no final de outubro de 2025, tendo os primeiros meses sido dedicados à organização interna, à análise dos processos existentes e à recuperação de informação necessária à continuidade da gestão. Manifestou, contudo, confiança na concretização das medidas previstas ao longo do mandato.

Por fim, informou a Assembleia da realização do primeiro passeio sénior promovido pela União das Freguesias nos últimos anos, agendado para o dia 16 de maio, dirigido a cerca de 250 participantes, convidando os Senhores Deputados a acompanhar a iniciativa.

Terminada a intervenção da Presidente do Executivo, e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia agradeceu a presença e a colaboração de todos os Senhores Deputados, dos membros do Executivo, dos trabalhadores da União de Freguesias que prestaram apoio à Assembleia e de todos os cidadãos que acompanharam os trabalhos presencialmente ou através da transmissão online.

Antes de encerrar a sessão, reiterou o convite para a homenagem evocativa dos 25 anos do falecimento do antigo Presidente da Junta de Freguesia de Aldoar, Acácio Gomes, a realizar no dia seguinte no Salão Nobre da União das Freguesias, manifestando o desejo de contar com a presença dos membros da Assembleia. ———————————————————————————————————

Solicitou ainda aos presentes que procedessem ao registo da respetiva presença antes de abandonarem a sessão. ———————————————————————————————————

Por fim, felicitou todos os intervenientes pela celeridade e espírito de colaboração demonstrados ao longo dos trabalhos, assinalando que a sessão ordinária terminou antes das 23h00, facto que considerou digno de registo. ———————————————————————————————————

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão eram vinte e duas horas e cinquenta minutos, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos Membros da Mesa da Assembleia. ———————————————————————————————————

———————————————————————————————————

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia da
União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde

João Tiago Lima da Fonseca

A 1ª Secretária da Mesa da Assembleia de Freguesia da
União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde

Maria Vitória Gonçalves Andrade e Silva

O 2º Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia da
União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde

Luis Filipe Barreira Pimentel